
MESA DA ASSEMBLÉIA

- 1- ATAS
1.1- 128ª Reunião Ordinária de Debates
1.2- 27ª Reunião Extraordinária da Mesa
1.3- 28ª Reunião Extraordinária da Mesa
1.4- 4ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
1.5- Reuniões de Comissões
2- EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
2.1- Plenário
3- TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
4- PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
5- MATÉRIA ADMINISTRATIVA
-
-

ATAS

**ATA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 21 DE MARÇO DE 1996**

Presidência dos Deputados Sebastião Navarro Vieira e
Maria José Haueisen

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): Ata - discurso do Deputado Raul Lima Neto; aprovação - Questão de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para continuação dos trabalhos - **Correspondência:** Ofício nº 11/96, do Presidente do TRE-MG - Ofícios e telegramas - **Apresentação de Proposições:** Projetos de Lei nºs 714 e 715/96 - Requerimentos nºs 1.156 a 1.171/96 - Requerimentos dos Deputados Gilmar Machado, Arnaldo Canarinho e Geraldo Santanna - **Comunicações:** Comunicações da Comissão de Administração Pública (3) e do Deputado Clêuber Carneiro - **Oradores Inscritos:** Discursos dos Deputados Geraldo Rezende, Raul Lima Neto e Durval Ângelo - Questões de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de "quorum" para continuação dos trabalhos - Discurso do Deputado Bonifácio Mourão - Questão de ordem - **2ª PARTE (ORDEM DO DIA): 1ª Fase:** Abertura de inscrições - Questão de ordem; chamada para recomposição de número regimental; inexistência de "quorum" para continuação dos trabalhos - **ENCERRAMENTO.**

COMPARECIMENTO

- Comparecem a esta reunião os seguintes Deputados:

Sebastião Navarro Vieira - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Gonçalves - Marcos Helênio - Marco Régis - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo -

Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

Ata

- **A Deputada Maria José Haueisen**, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Para discuti-la, com a palavra, o Deputado Raul Lima Neto.

- **O Deputado Raul Lima Neto** profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Não havendo mais quem queira discutir a ata, dou-a por aprovada.

Questão de Ordem

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, veja bem. Essa é uma prática, uma estratégia regimental altamente usada, salutarmente praticada pela democracia. Sendo assim, peço a V. Exa. que, se não quer encerrar a reunião, faça a chamada de recomposição de "quorum", pois não temos "quorum" para prosseguir a reunião.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência convoca o Sr. Secretário para proceder à chamada dos Deputados para a recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Ibrahim Jacob) - (- Faz a chamada.)

A Sra. Presidente (Deputada Maria José Haueisen) - Responderam à chamada 35 Deputados, portanto, há "quorum" para prosseguimento dos trabalhos.

Correspondência

- **O Deputado Ibrahim Jacob**, 3º-Secretário nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Nº 11/96, do Sr. Sebastião Rosenburg, Presidente do TRE-MG, comunicando o deferimento de consulta plebiscitária no Distrito de Brejo do Amparo, Município de Januária, a realizar-se em 3/10/96. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Do Deputado Federal Carlos Dunga, Presidente da União Parlamentar Interestadual-UPI, encaminhando exemplar de "Justiça e Paz se Abraçarão".

Da Deputada Federal Maria Elvira, agradecendo convite para solenidade de entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Prof. Radi Macruz.

Do Ten.-Cel. Milton Moreira Chaves, Comandante do 10º BPM-MG, acusando recebimento de convite para a reunião de 21/3/96 e comunicando que seu comparecimento deve ser autorizado pelo Comandante-Geral da PMMG. (- À CPI Máfia do Carvão.)

TELEGRAMAS

Dos Srs. Ademir Lucas, Secretário de Esportes, e Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da CEF em Minas Gerais, agradecendo convite para comparecerem à solenidade de entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Prof. Radi Macruz.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 714/96

Declara de utilidade pública a Associação do Hospital São Francisco, com sede no Município de Cabo Verde.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação do Hospital São Francisco, com sede no Município de Cabo Verde.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 12 de março de 1996.

Sebastião Navarro Vieira

Justificação: A Associação do Hospital São Francisco, fundada em 15/6/41, é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que se destina à prestação de serviços médico-hospitalares a enfermos, indigentes ou desamparados, sem distinção de nacionalidade, sexo, credo político ou religioso.

A Associação, desde a sua fundação, vem cumprindo rigorosamente a sua finalidade social, bastando, para comprovar tal fato, que se verifique o índice de mortalidade apurado no município, em 1995, que foi de 0,017%, bem como a quantidade de atendimentos realizados por ela: 11.011.

A entidade foi declarada de utilidade pública municipal em 6/2/75.

Com vistas a ajudá-la na consecução de seu objetivo social, conto com o apoio dos nobres colegas a este projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI N° 715/96

Altera dispositivos da Lei n° 6.763, de 26 de dezembro de 1975, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° - O art. 12 da Lei n° 6.763, de 26 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 -

I - nas operações e nas prestações internas:

a)

g) 7% (sete por cento), nas operações relativas ao consumo de energia elétrica pelos produtores rurais nos projetos de irrigação."

Art. 2° - As empresas concessionárias dos serviços de distribuição de energia elétrica estabelecerão as condições para a medição do consumo previsto nesta lei.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1996.

Paulo Piau

Justificação: O Brasil possui algumas das maiores bacias hidrográficas do mundo, como a Amazônica, a do rio da Prata e a do rio São Francisco. Dispõe também de imensa área de terras potencialmente irrigáveis, com cerca de 48.000.000 ha. Contudo, irriga-se muito pouco no País, apenas algo em torno de 2.000.000ha, ou menos de 4% do potencial estimado.

Não é demais afirmar que o êxito do plano de estabilização econômica, com o qual convivemos atualmente, depende da manutenção dos preços dos alimentos em patamares acessíveis à maioria da população. Por outro lado, é imprescindível garantir-se a remuneração adequada do produtor rural, sem o que sua atividade torna-se economicamente inviável. Para a conjugação desses dois pressupostos, necessita-se do aumento da produtividade agrícola, no que a irrigação das lavouras desempenha papel fundamental.

Entre outros fatores ligados à deficiência de infra-estrutura de apoio à produção, o alto custo da energia elétrica tem sido um dos entraves à expansão do emprego da irrigação na agricultura.

Em Minas Gerais, a situação não é diferente. Apesar de dispormos de recursos hídricos abundantes e de extensas áreas propícias à irrigação, notadamente na região dos cerrados, a falta de linhas de transmissão e, principalmente, o valor elevado das tarifas de energia elétrica têm-se tornado graves empecilhos para a ampliação da área irrigada no Estado.

A redução da alíquota de ICMS incidente sobre energia elétrica, dos atuais 18% para 7%, alíquota média que já vem sendo utilizada, representaria grande estímulo à expansão do uso da irrigação e não provocaria, em tese, perda de receita para o erário. O aumento do volume da produção agrícola, proporcionado pelo maior uso da irrigação, aliado ao incremento da industrialização e da comercialização daqueles bens, incrementará a arrecadação tributária, dando seguramente saldo positivo para os cofres públicos.

Diminuição de custos de produção e aumento de produtividade são fatores essenciais para que os produtos se tornem mais competitivos. Estudos desenvolvidos pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG - e pela Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG - têm demonstrado que a agroindústria poderá ser um dos setores da economia mineira mais afetados negativamente com a inserção do Brasil no MERCOSUL. Numa economia globalizada, na qual a disputa por mercados é acirrada, competitividade é fundamental.

Os produtores argentinos e uruguaios detêm vantagens comparativas em relação aos mineiros, como melhores índices de produtividade, custos menores de produção e mais experiência no comércio internacional de alimentos. Isso nos leva a perceber a necessidade premente da adoção de práticas de incentivo à melhoria das condições de produção em nosso Estado.

Assim, cabe ao poder público criar mecanismos que possibilitem o aumento da capacidade produtiva de um setor vital para a economia, como é o caso do agroindustrial. E a redução de alíquotas, de tributos que incidem sobre a agricultura irrigada, como ora se propõe, é um instrumento reconhecidamente eficaz.

Finalmente, pode-se afirmar que a irrigação provoca maior produção por área agricultável, diminuindo a necessidade de desmatamento e, conseqüentemente, preservando-se o meio ambiente.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Política Energética e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

N° 1.156/96, do Deputado Kemil Kumaira, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas à

construção de um mercado municipal no Município de Serra dos Aimorés.

Nº 1.157/96, do Deputado Kemil Kumaira, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que interceda junto ao Governo Federal em favor da conclusão do trecho da BR-367 entre os Municípios de Almenara e Salto da Divisa, BA.

Nº 1.158/96, do Deputado Kemil Kumaira, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas ao asfaltamento de 30Km de estrada entre os Municípios de Carai e Catuji. (- Distribuídos à Comissão de Administração Pública.)

Nº 1.159/96, do Deputado Kemil Kumaira, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Esportes com vistas à construção de um estádio de futebol no Município de Fronteira dos Vales.

Nº 1.160/96, do Deputado Kemil Kumaira, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Esportes com vistas à construção de quadra poliesportiva no Município de Águas Formosas.

Nº 1.161/96, do Deputado Kemil Kumaira, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Esportes com vistas à construção de quadra poliesportiva no Município de Nanuque.

Nº 1.162/96, do Deputado Gil Pereira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Esportes com vistas à construção de um ginásio poliesportivo no Município de Espinosa. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 1.163/96, do Deputado Gil Pereira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Segurança Pública com vistas à construção de cadeia pública no Município de Botumirim.

Nº 1.164/96, do Deputado Gil Pereira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Segurança Pública com vistas à construção de cadeia pública no Município de Juramento.

Nº 1.165/96, do Deputado Gil Pereira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Segurança Pública com vistas à construção de cadeia pública no Município de Claro dos Poções.

Nº 1.166/96, do Deputado Gil Pereira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Segurança Pública com vistas à construção de cadeia pública no Município de Jequitai. (- Distribuídos à Comissão de Defesa Social.)

Nº 1.167/96, do Deputado Gil Pereira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Esportes com vistas à construção de um ginásio poliesportivo no Município de Engenheiro Navarro. (- À Comissão de Educação.)

Nº 1.168/96, do Deputado Gil Pereira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Segurança Pública com vistas à construção de uma cadeia pública no Município de Cristália.

Nº 1.169/96, do Deputado João Leite, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas à investigação da chacina de menores de rua ocorrida nesta Capital. (- Distribuídos à Comissão de Defesa Social.)

Nº 1.170/96, do Deputado Aílton Vilela, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que encaminhe a esta Casa projeto de lei autorizando a alienação de imóvel da FHEMIG situado no Município de Três Corações, sendo o produto dessa alienação utilizado para o custeio de obras no Sanatório Santa Fé, naquele município. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 1.171/96, do Deputado Durval Ângelo, solicitando a transcrição nos anais da Casa do editorial "A Assembléia e a Chacina", publicado no jornal "Estado de Minas". (- À Mesa da Assembléia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Gilmar Machado, Arnaldo Canarinho e Geraldo Santanna.

COMUNICAÇÕES

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão de Administração Pública (3) e do Deputado Cléuber Carneiro.

Oradores Inscritos

- Os Deputados **Geraldo Rezende, Raul Lima Neto e Durval Ângelo** proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questões de Ordem

O Deputado Paulo Schettino - Sra. Presidente, observamos, de plano, haver número insuficiente de Deputados presentes, motivo pelo qual pediríamos o encerramento da reunião.

O Deputado Durval Ângelo - Na realidade, já se verificou o "quorum" inicial para discussão. Acho que deveríamos manter a chamada anterior, porque uma discussão não pode ser interrompida no meio, para que não sejam prejudicados os oradores inscritos. O "quorum" para debates é diferente. Solicito, então, que se faça a recomposição do "quorum".

A Sra. Presidente - É regimental. Solicitamos ao Sr. Secretário que proceda à chamada para a recomposição do "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Paulo Schettino) - (- Faz a chamada.)

A Sra. Presidente - Responderam à chamada 19 Deputados e há 14 Deputados nas comissões. Portanto, há "quorum" para a continuação dos nossos trabalhos.

- O **Deputado Bonifácio Mourão** profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado Gilmar Machado - Sra. Presidente, ocuparei a tribuna em outra oportunidade, provavelmente na semana que vem. O debate proposto por nós ontem e respondido hoje pelo Deputado Bonifácio Mourão é realmente importante. Estamos suscitando a questão de ordem porque fomos citados. Para enriquecer o debate da próxima semana, e para que o Deputado Bonifácio Mourão venha devidamente municiado, gostaria de lembrá-lo de que as normas gerais assim estabelecem: "dispor sobre limites e condições para concessão da garantia do Estado em operação de crédito".

Parece que o Deputado ainda não teve acesso ao Voto nº 162/95, do Conselho Monetário, que regula a possibilidade da concessão dos empréstimos. O inciso XXVI diz, textualmente, o seguinte: "A concessão dos empréstimos ficará condicionada à autorização do Poder Legislativo Estadual, que contemple inclusive autorização para o Estado assumir os compromissos referidos na seção 1 deste voto, e do Senado Federal."

Foi realizada uma operação de crédito no valor de R\$190.000.000,00, e temos que discutir sua vinculação, porque estará vencendo em abril. O Governo tem caixa para pagar uma folha e mais R\$190.000.000,00, sendo que nossa arrecadação, como foi dito pelo Secretário da Fazenda, João Heraldo, no debate sobre a reforma administrativa, é de R\$400.000.000,00. Acho que esse debate é extremamente importante e estamos nos baseando exatamente no voto e na Constituição. Vamos discutir, posteriormente, a constitucionalidade do pedido que fizemos. Agradecemos esta oportunidade, e voltaremos na próxima semana, uma vez que esse debate é importante para todo o povo mineiro. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Não há questão de ordem a ser respondida. Registrem-se as palavras do Deputado Gilmar Machado.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª parte da reunião, com a 1ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Questão de Ordem

O Deputado Ermano Batista - Sra. Presidente, é evidente que o número de Deputados presentes na Casa não perfaz o "quorum" necessário para a continuação dos nossos trabalhos. Por essa razão, solicito a V. Exa. que encerre, de plano, a reunião, ou faça a chamada para a verificação de "quorum".

A Sra. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Ermano Batista) - (- Faz a chamada.)

A Sra. Presidente - Responderam à chamada 14 Deputados. Há 5 Deputados nas comissões, o que totaliza 19 Deputados. Não há, portanto, "quorum" para continuação dos nossos trabalhos.

ENCERRAMENTO

A Sra. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de debates de amanhã, dia 22, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às onze horas do dia oito de março de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Agostinho Patrús, Presidente; Wanderley Ávila, 1º-Vice-Presidente; Sebastião Navarro Vieira, 2º-Vice-Presidente; Maria José Haueisen, 2ª-Secretária; Ibrahim Jacob, 3º-Secretário, e Ermano Batista, 4º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, e é lida e aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida, por meio da Deliberação da Mesa nº 1.303, de 1996, é aprovada a estrutura do gabinete do Deputado Miguel Barbosa. Após, a Mesa da Assembléia baixa as seguintes decisões: " Decisão da Mesa - A Mesa da Assembléia, no uso de suas atribuições, considerando os estudos técnicos de dimensionamento de recursos humanos nas unidades administrativas, o elevado número de aposentadorias e a necessidade de se atingir o coeficiente ideal de produtividade dos quadros setoriais, com o conseqüente aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, decide que a lotação de servidor para prestar apoio parlamentar e a nomeação de servidor efetivo ou integrante do

Grupo de Execução para o exercício de cargo de provimento em comissão e de recrutamento amplo nos gabinetes dos Deputados, dos membros da Mesa, das Lideranças e das Vice-Lideranças deverão ser precedidas de autorização da Mesa da Assembléia, que, observando por analogia os critérios estabelecidos na Deliberação da Mesa nº 363, de 29/3/89, examinará a conveniência administrativa, sendo considerado de relevância o cargo a ser ocupado, cujo padrão deverá ser superior ao do servidor."; "Decisão da Mesa - A Mesa da Assembléia, no uso de suas atribuições e em complementação às Decisões da Mesa de 24/5/95, 30/5/95 e 23/8/95, decide que os beneficiários do Plano Único de Assistência a que se referem os incisos I, II e III do item I da Decisão da Mesa de 24/5/95 poderão incluir no sistema de assistência médico-hospitalar complementar, mantido através de contrato com empresa mantenedora de plano de saúde, pai e mãe como dependentes, desde que o valor contratual referente à mensalidade do plano de saúde seja custeado integralmente pelo beneficiário e descontado em folha de pagamento do respectivo titular". Em seguida, são aprovados atos relativos a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da Secretaria desta Assembléia, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.125, 1.133, 1.268 e 1.278, de 1995, e 1.303, de 1996. São assinados, ainda, os seguintes atos: exonerando André Batista Moreira do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete; aposentando, a pedido, a partir de 29/1/96, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a servidora Vera Lúcia de Sousa Guimarães, ocupante do cargo de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria. Finalmente, a Mesa da Assembléia, por seu Presidente, no uso de suas atribuições regimentais e nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral desta Secretaria, combinada com as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.132, de 31/5/93, indefere o requerimento de aposentadoria da servidora Ângela Eustáquio Morais Mauro, matrícula nº 5858/0, ocupante do cargo Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, a presente ata. Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 14 de março de 1996. Agostinho Patrús, Presidente - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio.

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às dez horas do dia quatorze de março de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Agostinho Patrús, Presidente; Wanderley Ávila, 1º-Vice-Presidente; Maria José Haueisen, 2ª-Secretária; Ibrahim Jacob, 3º-Secretário; Ermano Batista, 4º-Secretário, e Antônio Júlio, 5º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, e é lida e aprovada a ata da reunião anterior. Ato contínuo, por meio de decisão da Mesa, definem-se critérios para a transferência de recursos consignados no orçamento do presente exercício financeiro, para o FUNDHAB. Em seguida, a Mesa aprova os cálculos do auxílio-moradia a partir do mês de fevereiro de 1996. Dando prosseguimento à reunião, o Presidente distribui matérias aos relatores cabendo à Deputada Maria José Haueisen o processo oriundo do Convite nº 16/96, destinado à contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva e reforma do mobiliário da Casa, e o Requerimento nº 1.011/96, de autoria do Deputado Durval Ângelo; ao Deputado Ibrahim Jacob o processo contendo as despesas hospitalares referentes ao atendimento prestado no Hospital Prontocor, no período de 18/12/95 a 19/2/96, e o Requerimento nº 1.035/96, de autoria do Deputado Clêuber Carneiro; ao Deputado Ermano Batista o processo de promoção referente ao triênio 1993/1995, e os processos de progressão e GIAF, ambos para o biênio 1994/1995, devidamente aprovados na reunião de 12/3/96 pelo Conselho de Administração de Pessoal, o processo contendo o Balancete e os Demonstrativos Financeiros e Contábeis relativos ao mês de fevereiro elaborados pela Secretaria de Administração Financeira, o processo contendo o Balancete e os Demonstrativos Financeiros e Contábeis relativos ao mês de fevereiro elaborados pelo FUNDHAB, e o Requerimento nº 1.010/96, de autoria do Deputado Durval Ângelo; ao Deputado Antônio Júlio o processo contendo solicitação da Secretaria de Comunicação Institucional - Centro de Apoio Audiovisual de aquisição de equipamentos e componentes para complementação da ilha de filmagem e edição de vídeo; e o Requerimento nº 1.033/96, de autoria do Deputado Jorge Eduardo. Não havendo outras matérias a serem distribuídas, passa-se à apresentação, à discussão e à votação de pareceres. Com a palavra, a Deputada Maria José Haueisen manifesta-se sobre o processo oriundo do Convite nº 16/96, destinado à contratação de empresa para

prestação de serviços de manutenção corretiva e reforma do mobiliário da Casa - parecer favorável à homologação do resultado da licitação, autorizando a despesa em favor da firma Reformalar Ltda., vencedora do certame - aprovado; a relatora emite ainda parecer favorável ao Requerimento nº 1.011/96, de autoria do Deputado Durval Ângelo, na forma do Substitutivo nº 1, o qual, posto em discussão e votação, é aprovado. O Deputado Ibrahim Jacob emite parecer favorável ao processo contendo as despesas hospitalares referentes ao atendimento prestado no Hospital Prontocor, no período de 18/12/95 a 19/2/96 - aprovado; emite, ainda, parecer pela aprovação do Requerimento nº 1.035/96, de autoria do Deputado Clêuber Carneiro - aprovado. Em seguida, o Deputado Ermano Batista manifesta-se sobre as seguintes matérias: o processo de promoção referente ao triênio 1993/1995, os processos de progressão e GIAF, ambos para o biênio 1994/1995, devidamente aprovados na reunião de 12/3/96 pelo Conselho de Administração de Pessoal - parecer favorável à homologação dos resultados - aprovado; o processo contendo o Balancete e os Demonstrativos Financeiros e Contábeis relativos ao mês de fevereiro, elaborados pela Secretaria de Administração Financeira - parecer favorável - aprovado; o processo contendo o Balancete e os Demonstrativos Financeiros e Contábeis relativos ao mês de fevereiro elaborados pelo FUNDHAB, parecer favorável - aprovado; o Requerimento nº 1.010/96, de autoria do Deputado Durval Ângelo - parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - aprovado. O Deputado Antônio Júlio manifesta-se sobre o processo contendo solicitação da Secretaria de Comunicação Institucional - Centro de Apoio Audiovisual de aquisição de equipamentos e componentes para complementação da ilha de filmagem e edição de vídeo - parecer favorável à aquisição direta da Sony Comércio e Indústria Ltda., com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, I, da Lei nº 8.666, de 1993, e com base no Parecer nº 3.131, de 1994, da Procuradoria-Geral - aprovado; o Requerimento nº 1.033/96, de autoria do Deputado Jorge Eduardo - parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - aprovado. Em seguida, são aprovados atos relativos a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da Secretaria desta Assembléia, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida pelas Deliberações da Mesa nºs 1.123, 1.126 e 1.160, de 1995. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, a partir de 23/2/96, com proventos integrais, a servidora Aneli de Sá Cavalcanti Corrêa, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria; aposentando, a pedido, a partir de 27/2/96, com proventos integrais, o servidor Carlos Alberto Mazuch de Novaes, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, no exercício da Função Gratificada de Nível Superior - FGS -; aposentando, a pedido, a partir de 12/2/96, com proventos integrais, a servidora Elisabeth Abdo Abijaude, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se para constar esta ata. Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 21 de março de 1996. Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Rêmolo Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio.

ATA DA 4ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia sete de março de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala nº 2 do 12º andar do Edifício Tiradentes os Deputados Maria José Haueisen, Wanderley Ávila, Ermano Batista, Ibrahim Jacob e Antônio Júlio, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, Glycon Terra Pinto, Romeu Queiroz e Marcos Helênio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Verificando a existência de número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Haueisen, declara abertos os trabalhos do dia e é lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Presidente informa que, nos termos do art. 3º, III, da Lei nº 11.815, de 24/1/95, e do § 4º do art. 2º da Resolução nº 5.143, de 22/6/94, a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestações de contas sobre a aplicação dos recursos oriundos de subvenções sociais. Logo após, passa a palavra ao relator, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Glycon Terra Pinto, que emite pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Caixa Escolar Vânia Aparecida Fusco Nogueira, Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Córrego Fundo e Pedreiro, Fundação de Assistência ao Menor de Brejo Bonito, Prefeitura Municipal de Três Marias, Conselho Central de Belo Horizonte da SSVP, Creche Comunitária Pingo de Gente, Clube de Idosos Amigos da Vila Oeste, Caixa Escolar Maria Moreira Azevedo Von Dollinger, Conselho de Desenvolvimento Comunitário

da Comunidade de Almeida Campos, Associação dos Moradores da Várzea de Baixo, Fundação Casa da Cultura de Resende Costa, Torneiros Esporte Clube, Clube Atlético Paraminense, Associação de Desenvolvimento e Assistência Social, Educacional e Desportivo de Pará de Minas, Guarany Esporte Clube, Associação de Desenvolvimento e Assistência Social, Educacional e Desportivo de Pará de Minas, Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da SSV, Associação do Bairro Cruzeiro, Associação Comunitária dos Fundadores e Pioneiros do Bairro JK, Itaverava Futebol Clube, Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes, Prefeitura Municipal de Jeceaba, Caixa Escolar Carmela Dutra, Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Amigos do Município de Ressaquinha, Associação Comunitária Nossa Senhora de Fátima, Instituto Nosso Lar, Associação dos Moradores do Bairro Santa Rita de Governador Valadares, Prefeitura Municipal de Lavras, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Rebentão, Associação Comunitária dos Amigos e Vizinhos de Ilha do Amargoso, Prefeitura Municipal de Capitão Enéas, Associação Comunitária das Famílias de Coqueiral, Prefeitura Municipal de Pains, Associação Comunitária do Alto São João, Palmeiras Futebol Clube, Caixa Escolar Secundino Vieira de Andrade, Sociedade Beneficente Padre Remaclo Foxius, Associação Comunitária Santa Terezinha, Associação Comunitária Santa Terezinha, Associação Beneficente Santíssima Trindade de Descoberto, Prefeitura Municipal de Descoberto, Associação Comunitária do Centro Ambulatorial Hospitalar, Associação Comunitária Senhor Bom Jesus, Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição, Associação Comunitária dos Amigos de Congonhas, Conselho Particular Nossa Senhora das Dores da SSV, APAE de Centralina, APAE de Monte Alegre de Minas, Prefeitura Municipal de Gurinhatã, Associação Comunitária dos Evangélicos de Medina, Associação dos Aposentados e Pensionistas de Patos de Minas, Centro de Desenvolvimento Comunitário de Buriti, Sociedade Musical Sagrado Coração de Jesus, Movimento Mulher Marginalizada, Núcleo Assistencial Espírita Maria da Cruz, Associação das Mulheres de Serraria, Associação Comunitária de Brumal, Movimento Mulher Marginalizada, Creche Comunitária Pingo de Gente, Núcleo Assistencial Veleiro da Esperança, Associação dos Moradores de Silva Campos, Associação Esportiva de Paraguaçu, Aliança Futebol Clube, Prefeitura Municipal de Caparaó, Corporação Musical Cachoeira Grande, Associação Comunitária dos Moradores do Distrito de Fidalgo, Associação de Congos de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Banda de Música Euterpe Quiteriense, Centro Social São José, Conselho Particular São Sebastião de Florestal da SSV, Creche Santa Terezinha do Bairro Jaqueline, Creche Maria Zoffoli Caçador, Associação do Bairro Cruzeiro, Associação dos Moradores dos Bairros Saramenha de Cima, Tavares e Santa Isabel, Lions Clube de Lagoa da Prata, América Futebol Clube, Fundação de Assistência Social Creche Dona Luíza Martins dos Passos, Associação Comunitária, Ação Social Educacional do Médio Piracicaba, Prefeitura Municipal de São Pedro do Suaçuí, Creche Comunitária do Bairro Santa Cecília, João Augusto, Bitarães Filhos de Deus, Creche Fraternidade Feminina Estrela do Triângulo Rouxinol, Associação dos Moradores do Bairro Cidade Nova, Associação Metodista de Assistência Social de Belo Horizonte, Creche Comunitária Vila Sumaré, Centro de Assistência Técnica, Associação Comunitária Plácido Alves de Oliveira, Associação Cultural Ecológica Lagoa do Nado, Associação dos Pequenos Produtores do Barro Amarelo, Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Córrego Fundo Pedreiro, Conselho Particular de Guimarães da SSV, Movimento Comunitário do Bairro Santa Cruz, Núcleo de Patrulheiros Mirins Fênix, Creche Dona Quita Tolentino, Associação Comunitária Beneficente Padre Arlindo, Associação Comunitária Nossa Senhora da Esperança, Sociedade Beneficente Nossa Senhora Aparecida, Associação do Hospital São Francisco, Caixa Escolar Dom Otávio, Associação de Reabilitação e Apoio Bem-me-Quer. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados. Em seguida, esses processos são apreciados pela Mesa, e são relatores da matéria os Deputados Wanderley Ávila, 1º Vice-Presidente, e Ermano Batista, 4º-Secretário, que emitem pareceres pela aprovação dos processos. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os processos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros destas Comissões para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 14 de março de 1996.

Maria José Hauelsen, Presidente - Wanderley Ávila - Ermano Batista - Ibrahim Jacob - Antônio Júlio - Miguel Martini - Glycon Terra Pinto - Marcos Helênio - Geraldo Rezende.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR A EXISTÊNCIA DE ESCRAVIDÃO POR DÍVIDAS DE TRABALHO NO DESMATAMENTO E PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL NA REGIÃO NORTE DE MINAS

Às quinze horas do dia vinte e oito de fevereiro de mil novecentos e noventa e seis, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Marcelo Gonçalves, Almir Cardoso, Carlos Pimenta e Arnaldo Penna, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcelo Gonçalves, solicita ao Deputado Carlos Pimenta que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos

membros presentes. A Presidência comunica que se encontram sobre a mesa ofícios do Sr. Ademir de Oliveira, de Governador Valadares, contendo denúncias sobre trabalho escravo e pedindo providências para ter seu emprego de volta, e da Associação dos Agentes de Inspeção do Trabalho de Minas Gerais, solicitando que a Comissão interceda junto ao Ministério do Trabalho para que sejam destinadas 50 vagas de fiscais do trabalho ao Estado de Minas Gerais. Na oportunidade, o Deputado Arnaldo Penna informa que as vagas solicitadas já foram destinadas ao Estado. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar o relatório final da CPI, elaborado pelo Deputado Carlos Pimenta, a quem passa a palavra para que faça a sua leitura. Colocado o relatório em discussão, o Deputado Almir Cardoso solicita vista da matéria, a qual é concedida pelo Presidente. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca-os para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 1996.

Almir Cardoso, Presidente - Carlos Pimenta - Paulo Piau - Antônio Andrade.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Às nove horas e quinze minutos do dia seis de março de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcos Helênio, Dinis Pinheiro, Gil Pereira e Carlos Pimenta, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcos Helênio, declara abertos os trabalhos e informa aos Deputados que a reunião se destina a ouvir os Srs. José Nogueira Soares Nunes, Presidente da Associação Mineira de Supermercados, e João Baptista Rabelo e Castro, Delegado Adjunto da Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB -, representante do Sr. José Arnaldo Lima da Silva, Delegado Regional da SUNAB, que discutirão a comercialização de produtos de acordo com as regras contidas no Código de Defesa do Consumidor. Após, o Presidente solicita ao Deputado Gil Pereira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. A Presidência constata o comparecimento do Sr. João Baptista Rabelo e Castro e, logo após, explica o objetivo da reunião. Nessa oportunidade, o Presidente concede a palavra ao convidado para que faça a sua explanação e responda às indagações dos Deputados, conforme consta nas notas taquigráficas. O Presidente se ausenta por alguns minutos e passa a Presidência ao Deputado Dinis Pinheiro. A seguir, o Deputado Marcos Helênio reassume os trabalhos e tece as últimas considerações sobre o assunto em tela. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece o comparecimento do convidado e dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 1996.

Marcos Helênio, Presidente - Antônio Andrade - Carlos Pimenta - Olinto Godinho.

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

Às dez horas e quinze minutos do dia treze de março de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ronaldo Vasconcellos, Wilson Trópia e Antônio Roberto, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Deputado Ronaldo Vasconcellos assume a Presidência e solicita ao Deputado Antônio Roberto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião tem por finalidade apreciar, no 1º turno, o Projeto de Lei nº 537/95, do Deputado Paulo Piau, que cria o Programa Estadual de Conservação da Água, e o Requerimento nº 1.064/96, desta Comissão, em que se solicita a renovação de convênios, a liberação de recursos para o aterro sanitário de Contagem e a adoção de medidas para solucionar os problemas do "lixão" desse município. A seguir, o Presidente faz a leitura de ofício enviado pela Associação Comercial e Industrial de Monte Sião, o qual encaminha cópia do planejamento ambiental daquele município, para apreciação da Comissão. A Presidência determina que a correspondência seja enviada à Consultoria da Casa para análise. Passa-se à 1ª fase da ordem do dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Ronaldo Vasconcellos passa a Presidência ao Deputado Wilson Trópia e apresenta dois requerimentos: no primeiro, solicita o posicionamento oficial desta Comissão no que se refere a touradas, pelo fato de existirem grupos interessados em realizá-las no Brasil; no segundo, solicita sejam convidados o Secretário do Planejamento e Coordenação Geral e o Secretário Executivo do Projeto PROSAM para comparecerem a esta Casa, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre o Programa de Saneamento Ambiental nas Bacias do Arrudas e do Onça da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PROSAM. Colocados em votação, são os requerimentos aprovados por unanimidade. O Deputado Ronaldo Vasconcellos reassume a Presidência e passa à 2ª fase da ordem do dia, compreendendo a discussão e a votação de proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente, na qualidade de relator, procede a leitura desse parecer sobre o Projeto de Lei nº 537/95, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Passa-se

à 3ª fase da reunião, compreendendo a discussão e a votação de matéria de deliberação conclusiva das Comissões. O Presidente designa o Deputado Antônio Roberto, relator do Requerimento nº 1.064/96. Este, em seu parecer, conclui pela aprovação da matéria. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária da Comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 1996.

Ivo José, Presidente - Ronaldo Vasconcellos - Wilson Trópia - Antônio Roberto - Raul Lima Neto.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, PROCEDER A ESTUDOS SOBRE O PROCESSO DE APURAÇÃO DOS ÍNDICES DO VALOR ADICIONADO FISCAL - VAF - DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS E ACOMPANHAR OS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIALIZADA, CRIADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, PARA APURAR AS VARIÁÇÕES DO VAF DOS MUNICÍPIOS DE CONTAGEM, CONGONHAS E VARGINHA, REFERENTES AO PERÍODO DE 1992 A 1995

Às dezesseis horas e dez minutos do dia treze de março de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Rezende, Gilmar Machado, Carlos Pimenta e Paulo Piau, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Rezende, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Gilmar Machado que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência esclarece que a finalidade da reunião é tratar de assuntos de interesse da Comissão. O Deputado Carlos Pimenta, com a palavra, comunica aos membros da Comissão que recebeu documentos referentes aos índices do VAF de vários municípios do Estado, no período de 1991 a 1994, encaminhados pelo Prefeito de Congonhas. A Presidência informa que recebeu correspondência de igual teor e solicita que ela seja anexada ao processo. O Deputado Gilmar Machado comunica que foi procurado pelo Prefeito de Contagem, que cita um grande número de cidades com possíveis irregularidades nos índices do VAF e se dispõe a comparecer à reunião desta Comissão para discutir o assunto. O Prefeito de Três Pontas também se dispõe a contribuir com os trabalhos. O Presidente indaga se há alguma proposição a ser apresentada. O Deputado Gilmar Machado apresenta requerimento em que solicita à Secretaria da Fazenda sejam remetidos a esta Casa os arquivos magnéticos de todas as empresas das 25 cidades-pólo do Estado de Minas Gerais e dos Municípios de Contagem, Congonhas e Varginha, no período de 1988 a 1996, com os seguintes dados: razão social, inscrição estadual, estoque inicial, estoque final e VAF, conforme tabela anexa. O Deputado Gilmar Machado esclarece que limitou os campos a serem preenchidos para facilitar o atendimento da solicitação. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Gilmar Machado apresenta requerimento em que solicita sejam indicados dois técnicos da Secretaria da Fazenda, especializados no cálculo do VAF, para auxiliar os trabalhos desta Comissão. No encaminhamento do requerimento, o Deputado Carlos Pimenta pondera que a equipe técnica da Casa é suficiente para trabalhar sobre as informações colhidas e, se posteriormente houver necessidade de reforçar essa equipe, que isso seja feito através de uma consultoria independente, para assegurar o caráter de imparcialidade do relatório. O Deputado Paulo Piau ratifica as palavras do Deputado Carlos Pimenta. O Deputado Gilmar Machado também concorda com essa argumentação e retira o seu requerimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece aos parlamentares pela presença, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 1996.

Geraldo Rezende, Presidente - Gilmar Machado - Paulo Piau - Arnaldo Penna - Ivair Nogueira - Carlos Pimenta - Alberto Pinto Coelho.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL

Às dez horas do dia quatorze de março de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Arnaldo Canarinho, Olinto Godinho e Ajalmar Silva, membros da referida Comissão. Estão presentes também os Deputados José Maria Barros e Elbe Brandão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Arnaldo Canarinho que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Paulier Soares Brandão, Superintendente da Receita Estadual e representante do Sr. João Heraldo Lima, Secretário da Fazenda; Antônio Cândido Martins Borges, Presidente do IMA; e Roberto Simões, Diretor-Secretário da FAEMG e representante do Sr. Gilman Viana Rodrigues, Presidente dessa entidade, convidados para debater com os membros da Comissão o valor da taxa que é recolhida em favor do IMA quando da emissão do certificado de vacinação, o qual é fixado pela Lei nº 10.847, de 3/8/92. A Presidência convida as referidas autoridades para tomarem assento à mesa e, a seguir, usa da palavra para expor os motivos que a levaram a propor esse debate. Passando-se

à fase de exposição, o Presidente concede, inicialmente, a palavra ao Sr. Antônio Fernandino Costa Bahia Filho, Chefe-Geral do Centro Nacional de Pesquisa do Milho e do Sorgo, da EMBRAPA, que convida os presentes para o IV Simpósio Internacional de Solo Árido, que será realizado em Belo Horizonte, no período de 17 a 24/3/96. Os convidados discorrem sobre o valor da referida taxa. Logo após, ocorre o debate com os Deputados. Na sequência dos trabalhos, o Deputado Arnaldo Canarinho apresenta requerimento em que solicita que, após estudos realizados conjuntamente pela assessoria desta Casa, pela Secretaria da Fazenda, pelo IMA e pela FAEMG, seja elaborado por esta Comissão projeto de lei que disponha sobre a redução das alíquotas das taxas cobradas pelo IMA. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. A Presidência informa que os assuntos tratados na reunião se encontram registrados nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece o comparecimento dos Deputados e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos. Sala das Comissões, 21 de março de 1996.

Paulo Piau, Presidente - Arnaldo Canarinho - Olinto Godinho.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, APURAR DENÚNCIAS CONTRA A CHAMADA MÁFIA DO CARVÃO, QUE VEM ATUANDO PRINCIPALMENTE NO NORTE DE MINAS GERAIS

Às quinze horas e quinze minutos do dia quatorze de março de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Schettino, Elbe Brandão, Gil Pereira, Anivaldo Coelho e José Braga (substituindo este ao Deputado Marcelo Gonçalves, por indicação da Liderança do PDT), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Schettino, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Gil Pereira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a finalidade da reunião é ouvir os Srs. Carlos Augusto Silva, representante do Instituto Estadual de Florestas - IEF - do Município de Coração de Jesus; e Waldir Macedo, Diretor Técnico do Instituto de Pesos e Medidas - IPEM - de Belo Horizonte. Na ausência do Sr. Carlos Augusto Silva, o Presidente passa a palavra ao Sr. Waldir Macedo, que discorre sobre o tema objeto da Comissão. Em seguida, a Presidência abre os debates. Tecem comentários sobre a explanação do convidado os Deputados Gil Pereira, Elbe Brandão e Péricles Ferreira, conforme consta nas notas taquigráficas. O Sr. Waldir Macedo encaminha ao Presidente da Comissão cópias de documentos do IEF de vários municípios, tais como autorizações para exploração florestal, guias e outros. A Presidência determina que a documentação seja anexada ao processo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e a participação do Sr. Waldir Macedo, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 1996.

Paulo Schettino, Presidente - Gil Pereira - Jairo Ataíde - Elbe Brandão.

ATA DA 22ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezenove de março de mil novecentos e noventa e seis, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Santanna, Simão Pedro Toledo, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna e Gilmar Machado (substituindo este ao Deputado Anivaldo Coelho, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão de Constituição e Justiça; Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Bonifácio Mourão, Jairo Ataíde e Gilmar Machado (substituindo este ao Deputado Durval Ângelo, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão de Administração Pública; Romeu Queiroz e Ajalmar Silva (substituindo este ao
